

TABULEIRO DE LETRAS

**Sobre o conceito de prática social:
funcionamento e efeitos nas abordagens da linguagem em movimento¹.**

**On social practice concept: functions and effects in approaches of language in
movement.**

Prof. Dr. Sergio Flores Pedroso²

RESUMO:

Este trabalho consiste numa abordagem linguística e histórico-filosófica de mudanças conceituais que têm se produzido na história das ideias linguísticas, onde a partir da segunda metade do século XX, a linguagem verbal em uso – oral e/ou escrito — foi o alvo das pesquisas que começaram a abordar a atribuição/produção de sentidos. O contato de teorias sobre a linguagem com teorias explicativas do social conduziu finalmente a uma conjunção interdisciplinar, tornando possível considerar o final do século XX e o início deste século XXI como o período da assunção da linguagem enquanto discurso. No decurso deste artigo, explica-se o linguístico e sua remissão ao social reproduzindo a reciprocidade que caracteriza a estratégia questionadora dos materialismos histórico e dialético. O objetivo é contribuir para a compreensão de um sequenciamento de eventos que neste artigo terminam na emergência de uma disciplina onde o discursivo é assumido como cultura, o que se encaixa como tentativa de dispensar o recurso ao conceito althusseriano mais divulgado de ideologia, que é criticado como reducionista e/ou totalizador na pós-modernidade.

Palavras-chave: Filosofia da linguagem; Materialismo histórico; Materialismo dialético; Concepções de linguagem; Teorias discursivas.

ABSTRACT:

This paper has been conceived as a linguistic, historical and philosophical approach to conceptual changes registered in the history of linguistic ideas. From the second half of 20th century, verbal language in use –spoken

¹ Abordagem discursiva de um recorte da história das ideias linguísticas.

² Doutor em Linguística Aplicada pelo Instituto de Estudos da Linguagem (Unicamp). Professor adjunto do Departamento de Letras do Instituto de Linguagens da Universidade Federal de Mato Grosso e na pós-graduação, Mestrado em Estudos de Linguagens (MeEL). Atua na graduação na área de Língua Espanhola (fonética e fonologia) e prática de ensino. No MeEL, trabalha com as disciplinas Linguística Aplicada e Discurso e Identidade. Email: serflope@terra.com.br



and/or written— was the target of researchers who started to work on attribution/production of meaning. The contact between linguistic theories and theories explaining how society works conducted finally to their interdisciplinary conjunction. That process authorize to affirm that the end of 20th century and these first decades of 21th century can be considered as a period of the assumption of the language as discourse. This paper was thought with the tools of dialectical and historical materialisms and explains the direct relationship between language and society representing them as the two parts of a dialectic reciprocity. The purpose of all this is to contribute to the comprehension of a sequence of events that finish by an emergency of a new discipline where discursivity is assumed as culture. And this can be explained as an attempt to avoid working with the more spread althusserian concept of ideology that is criticized as reductionist and /or totalizador.

Keywords: Philosophy of language; Historical materialism; Dialectical materialism; Conceptions of language; Theories of discourse.

Introdução

A linguagem, abordada tradicionalmente fora de qualquer perspectiva processual no século passado, mais recentemente passou a ser concebida dentro de moldes em que o seu caráter arbitrário, imprevisível e contextual ganhou relevância. Isso foi devido a que uma parcela cada vez maior das atenções, que antes estavam exclusivamente voltadas para a compreensão do seu funcionamento do ponto de vista formal, passou a esforçar-se em compreender como acontece a significação.

A partir dessa nova perspectiva de compreensão e explicação da linguagem, convocou-se o social, o que fez com que se atentasse aos componentes históricos, culturais, sociológicos e ideológicos, reconhecendo o seu desempenho e valorizando-os no seu funcionamento dentro da única ferramenta para a interação humana.

Essa mudança de postura, que aos poucos foi se processando nos estudos da linguagem, começou a ser assumida como um ganho expressivo de “relevância social da linguística” (FARACO, 2007), isto é, de reconhecimento de que a dinâmica do funcionamento de todos os aspectos relacionais da vida social afeta a linguagem e que esta exerce influência estabilizadora e/ou modificadora nessa dinâmica. A atenção a essa relação dialeticamente contraditória tem imprimido uma “virada social” nos estudos da linguagem, que se materializa principalmente por meio da Linguística Aplicada. O fato de termos escolhido a denominação “virada social” obedece a um modo de reproduzir a expressão usada

para referir à mudança radical de rumo que antes aconteceu na filosofia também no século XX: a virada linguística da filosofia³ (GHIRALDELLI, 2005).

Nessa nova visão da linguagem, várias posturas conseguiram aprumar pressupostos e fundar disciplinas que podem ser percorridas desde a pragmática até as análises do discurso, passando pela teoria da enunciação, pela sociolinguística, pela teoria dialógica de Bakhtin e pela análise da conversação.

Dentre inscrições teórico-filosóficas mais contemporâneas que originaram a pós-modernidade e outras que a nutrem a desconstrução – (DERRIDA, 1973), a Teoria da Complexidade (TC) (MORIN, 1999), os Estudos Culturais (EC) (HALL, 1996) e os Estudos Pós-Coloniais (EPC) (SAID, 2007) –, a perspectiva pragmática faz com que a remissão ao social as justifique. Isso se acentua com a TC, os EC e os EPC, sendo que nessas três posturas, preceitos marxistas estão na base da sua emergência e, apesar do movimento decrescente da sua influência por causa dos marcadores epistemológicos da pós-modernidade, continuam fazendo parte do sedimento de alguns de seus posicionamentos sobre a cultura e a identidade, as quais não podem se processar sem a linguagem.

Especificamente nos estudos da linguagem, as análises do discurso francesa (AD) e anglo-saxã (ACD) são duas teorias explicativas da linguagem que justificam o seu fazer teórico e prático, por meio do impacto social do trabalho enunciativo e/ou do modo como as práticas políticas se nutrem dele. Há um aspecto em que as duas coincidem, mesmo que com modos diferentes de problematizá-lo. Trata-se de como a semântica da enunciação se processa – enquanto discurso – e os seus efeitos. Na construção dessa explicação do funcionamento da linguagem, estão a organização e modo de funcionamento da vida social como ponto de partida e de chegada, constituídos por reciprocidades relacionais, e práticas que as propiciam e as geram. Trata-se do conceito de prática social.

Este conceito, fundamental porque integra a base de pressupostos filosóficos do núcleo do enfoque discursivo contemporâneo, aborda a linguagem enquanto processo e, por isso,

³ Esta mudança de rumo consistiu em assumir a linguagem como ponto de partida e único significante na abordagem da cultura e da interação social. Os significados, por isso, se produzem contextualizados socialmente e atrelados a anterioridades semânticas justificadas através de contextualizações no tempo. Sentidos únicos e imutáveis não existem. A estabilidade semântica, apenas aparente, decorre da interação social. Os sentidos não se originam no indivíduo, Resultam, antes, da interação de coletividades deles. O indivíduo os reproduz como resultado de escolhas particulares para a adequação do seu dizer às circunstâncias.

como espaço enunciativo em que tem lugar o contingencial que propicia o construído. Originário do materialismo histórico, o conceito de prática social é explicitado por Marx (1845) na oitava das suas onze *Teses sobre Feuerbach*⁴, na qual sustentou que “a vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que seduzem a teoria para o misticismo encontram a sua solução racional na praxe humana e no compreender desta praxe”.

As AD e ACD, teorias enunciativas, em cujo fundamento se encontra o conceito de prática social, sustentam que a linguagem verbal tão-somente adquire relevância mobilizadora e interlocutória, que a faz discurso, porque atribui/produz sentidos e isso acontece na/pela prática social. Ambas as teorias sustentam em dois autores pioneiros o pressuposto que vincula linguagem e sociedade na abordagem linguística, remetendo à prática, em que se concretiza a linguagem verbal. O primeiro, Bakhtin (2006):

A enunciação enquanto tal é puro produto da interação social, quer se trate de um ato de fala determinado pela situação imediata ou pelo contexto mais amplo que constitui o conjunto das condições de vida de uma determinada comunidade linguística (BAKHTIN, 2006, p. 116).

O segundo, Benveniste (1999):

[...] a língua, que assim constitui a emanção irreduzível do si mais profundo em cada indivíduo, é, ao mesmo tempo, uma realidade supra-individual e coextensiva com a coletividade inteira (BENVENISTE, 1999, p. 102-103, trad. nossa).

Assim, a enunciação, enquanto discurso, é linguagem verbal em movimento, foco da problematização explicativa do discurso na Linguística e foco da intervenção teórico-prática da Linguística Aplicada. O processo enunciativo visa aprimorar a efetividade da linguagem nas suas diversas formas de uso, dentre as quais se encontra o ensino de línguas.

⁴ As *Teses sobre Feuerbach* foram incluídas por Engels no livro da sua autoria *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, de 1888, sendo a primeira publicação do escrito de Marx, que foi um rascunho como lembrete para futuros escritos. As Teses criticam o hegelianismo que chancelou o idealismo e o materialismo metafísicos na sua época, e promovia assim a sua proposta (de Marx) de materialismo.

Tal aprimoramento pressupõe que o processo enunciativo, tanto em língua materna (LM) quanto em língua estrangeira (LE), seja assumido como trabalho com a linguagem em função semântica, tornando operáveis valores, conceitos, noções, referências e comportamentos que os justificam. Uma parcela significativa dessas referências não provoca estranhamento nos interlocutores, já que pertence ao fundamento básico da identidade linguística (LM) ou da construção do conhecimento de outra língua (LE) e favorecem que o enunciado seja ideologicamente válido para as partes da interação discursiva (FLORES, 2005).

Como descrita acima, a base ideológica que propicia o funcionamento da linguagem envolve condições históricas, conjunturais imediatas e culturais. Assim, o trabalho com a linguagem verbal envolve a organização formal e argumentativa do dizer no esforço do sujeito para fazer prevalecer na interpretação do outro o sentido que construiu. Tudo, por meio de mecanismos antecipatórios cuja eficácia se concretiza nos efeitos de sentido que produz. Efeitos estes que estão fadados a desbordar os limites construídos para controlá-los.

O processo enunciativo é prática discursiva. Baseia-se na antecipação do sujeito às reações que o seu trabalho com a linguagem irá provocar no interlocutor. Essa prática funciona a partir das referências explícitas⁵ que o sujeito está pondo para funcionar a favor da sua direção argumentativa. Envolve, por isso, mergulhar num processo de análise e avaliação da pertinência das escolhas que fez. A interpretação é esse processo (ORLANDI, 1996). Sem interpretar, assume-se que é impossível falar, escrever, produzir efeitos de sentido ou (re)construir sentidos.

A consideração do social da linguagem e o funcionamento desta como prática envolve uma multiplicidade de aspectos a partir dos quais ela pode ser abordada. Curiosamente, isso tem possibilitado a configuração de várias teorias a partir de um miolo conceitual básico que a seguir será explicitado e problematizado.

⁵ O inconsciente é responsável por uma parcela importante dos implícitos, daqueles que nos escapam, já que há outros que fazem parte das possibilidades de manipulação da linguagem pelo locutor.

Da filosofia da linguagem na história das ideias linguísticas contemporâneas

Cada recorte da história das concepções de linguagem acha justificção para a sua coerência de funcionamento nas necessidades de um momento determinado, que é destacado do todo. Assim, dentre as causas que, por tantas décadas, puderam propiciar diversas teorias para abordar a linguagem de modos exclusivamente formais, logo ressalta-se uma concepção de ciência cujas características têm feito dela a mais duradoura: formalista, homogeneizadora, distanciada do social, asséptica ao cotidiano, sustentada pela preexistência da realidade ao sujeito e, durante séculos, influenciada pelo pressuposto da existência de divindades responsáveis pela realidade, pelo humano e pelo seu fazer.

Decorrente dessa plataforma sobre a qual pressupostos científicos ergueram-se na modernidade, o modo de conceber a linguagem apenas começou a se estremecer com William James, Charles Peirce, John Dewey, que desenvolveram um novo sistema filosófico ao qual chamaram pragmática. Retomaram, assim, a deixa conceitual de Kant o qual tinha sustentado (2001) que a pragmática consistia na ética da prática, o que leva a definir o foco do novo sistema no tornar coerente o conhecimento com a vida prática por meio da ação (NASCIMENTO, 2012, p. 1).

A inscrição pragmática fez com que James, Peirce, Dewey e outros filósofos norte-americanos, ingleses e da Europa continental tivessem que olhar de relance a linguagem, e não apenas assim, porque se torna necessário considerá-la para operar com a máxima da nova postura que inauguraram no sentido de:

[...] que a regra para se chegar ao terceiro grau de clareza na compreensão é a seguinte: vamos considerar que efeitos poderão ser concebidos considerando suas repercussões práticas, segundo o nosso entendimento. Assim, esse nosso entendimento desses efeitos corresponde à totalidade de nosso entendimento do objeto (PEIRCE, 1983, p. 75, trad. nossa).

Porém, a linguagem, enquanto foco de solução de problemas de incompreensão entre filósofos, já que ela é o lugar dos sentidos, vai ser abordada por Frege (1978) e Russell (1992), em busca de uma configuração imune a equívocos semânticos e subordinada às leis da Lógica. Assim também por Wittgenstein (2001) que, na primeira etapa da sua

problematização da linguagem, sustentou a existência de uma correspondência linguagem-mundo que precisava ser aprimorada para superar o que considerou problemas de linguagem e não de filosofia (op. cit.), tentando explicar e resolver esses problemas também a partir da Lógica e do pressuposto da existência de uma essência da linguagem.

Num segundo período da sua produção, Wittgenstein (1996) passa a explicar a linguagem a partir da arbitrariedade semântica que lhe é constitutiva e da relação significante-sociedade que faz da linguagem um organismo vivo e que se materializa segmentada em recortes sociais e situacionais que autorizam sentidos dentro da prática linguística, funcionando como jogos de linguagem. Uma linguagem que, conforme defendeu (op. cit.), é pública porque assim são os sentidos:

Na “práxis” do uso da linguagem, um parceiro enuncia as palavras, o outro age de acordo com elas; na lição de linguagem, porém, encontrar-se-á este processo: o que aprende ‘denomina’ os objetos. Isto é, fala a palavra. (...) Podemos também imaginar que todo o processo de uso das palavras (...) é um daqueles jogos por meio dos quais as crianças aprendem sua língua materna. Chamarei esses jogos de “jogos de linguagem” e falarei muitas vezes de uma linguagem primitiva como de um jogo de linguagem. E poder-se-ia chamar também de jogos de linguagem o processo de denominação das pedras e da repetição da palavra pronunciada. Pense nos vários usos das palavras ao se brincar de roda (Seção 7).

A evolução da problematização de Wittgenstein passou do formalismo idealista da lógica na concepção da linguagem para a atenção ao significar. Este conduz, irremediavelmente ao reconhecimento do caráter dialógico constitutivo da linguagem, à conclusão de que é o uso que justifica os sentidos e que se trata de apreender o significado dentro dos recortes sócio-situacionais que os geram. As múltiplas variáveis de contextos e de participantes possíveis nas práticas de linguagem, considerando os pressupostos já referidos, autorizaram Wittgenstein a concluir que os sentidos são arbitrários e ao mesmo tempo compartilhados, porque a linguagem privada é de impossível existência num contexto não clínico.

Abordar a produção de sentidos e a exclusiva função da linguagem de veiculação desses mesmos, em consequência dos pressupostos explicitados pelo filósofo referido, instaurou o início da atenção ao social na explicação do vínculo do nosso objeto com os

estudos filosóficos. O pensamento de Wittgenstein foi determinante numa mudança de rumo dos estudos filosóficos no Ocidente que dirigiram sua atenção para uma problematização explicativa da relação linguagem-filosofia (linguagem-pensamento) que já tinha começado com a pragmática nos Estados Unidos e com a filosofia analítica na Europa.

Wittgenstein produziu raciocínios que representaram mudança tão singular nos estudos filosóficos, que Gustav Bergmann (apud RORTY, 1991) se referiu aos desdobramentos subsequentes nos estudos filosóficos como “virada linguística” da filosofia, mas que se estendeu a outras áreas como a antropologia. Já antes, Lévi-Strauss subsidiava, com a proposta de análise de Saussure, a antropologia estrutural que inaugurou. Na Inglaterra, com Geertz (1989), a perspectiva interpretativa das culturas, parte do princípio da contextualização, o que evoca pressupostos de Wittgenstein para acessar o significado.

A virada linguística, como já mencionado, conduz inequivocamente na direção do social nas abordagens explicativas e instaura a assunção do significar como processo. Esse novo olhar começou a se esboçar com maior evidência nos estudos linguísticos com Émile Benveniste, a partir da publicação de *Problemas de Linguística Geral* (PLG), em que sustentou que:

É na prática social, como no exercício da língua, nesta relação de comunicação inter-humana, onde haverão de ser descobertos os traços comuns do seu funcionamento [da relação língua-sociedade], pois o homem continua sendo —e cada vez mais— um objeto a ser descoberto na dupla natureza que a linguagem funda e instaura nele (PLG II, 1999, p.106, trad. nossa).

Benveniste, no processo de desenvolvimento da sua explicação da linguagem verbal em funcionamento, propicia a inferência de que ele está iniciando simultaneamente uma explicação da finalidade argumentativa da linguagem e de como isto acontece, daí que coloque a comunicação em relação performativa com a enunciação:

Por fim, na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a necessidade de co-referir identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor (BENVENISTE, 1989, p. 84).

Anos mais tarde, Ducrot (1988), tendo detectado na leitura de Benveniste o vislumbre deste da função argumentativa da linguagem verbal, foca-se nela a partir da sua Teoria da Argumentação na Língua – ampla o bastante para abarcar outras duas: a Teoria Polifônica da Enunciação e a Teoria dos Blocos Semânticos – que, além de ter como ponto de partida concepções saussurianas básicas, tem recebido e superado várias influências, principalmente a pragmática e um certo cintilar da Filosofia Analítica de corte fregeano.

A circulação de ideias sobre a linguagem verbal, que responde a uma explicação desta de uma perspectiva social, obedece a um *continuum* cuja justificação fundamental se encontra no esforço por explicar os mecanismos que instauram o sentido. Na linearidade cronológica desse *continuum*, posterior ao momento em que iniciamos o nosso recorte explicativo –1845 – neste artigo, pode-se perceber, no raciocínio de Nietzsche (2009), o rumo que tomava essa circulação de ideias no Ocidente a respeito da linguagem. Esse filósofo explicou, com base na história e na assimetria constitutiva das relações sociais, o processo de semantização da oposição “bom/mau”, instaurando a relativização a partir de referencial diferente do marxista que recorre ao conceito de “condições de produção”.

Durante o século XX, nas Ciências Humanas, abordagens contextualizadoras que envolveram a história e as relações sociais deram continuidade a uma tendência que se tornou visível com o pragmatismo. No seu arcabouço teórico, a relação indivíduo sociedade foi sendo integrada aos poucos na explicação da linguagem verbal – Qual o seu funcionamento interno? Como explicar o sentido e como se constitui? E qual o papel do sujeito?

Bakhtin, que nas primeiras décadas desse século dedicou-se explicitamente a este novo tipo de abordagem em busca de respostas mais esclarecedoras e condizentes com a sua inscrição filosófica, dispensou de vez a atenção única à linguagem verbal dissecada, como era a tradição, e, a partir do sistema filosófico marxista, debruçou-se na linguagem em funcionamento porque “[...] a Língua, para a consciência dos indivíduos que a falam, de maneira alguma se apresenta como um sistema de formas normativas” (BAKHTIN, 2006, p. 89).

Assim, precedendo Benveniste quanto à percepção da relevância da linguagem em movimento e, por isso, de aspectos que funcionam na constituição da semântica do processo enunciativo, a contribuição de Bakhtin foi conhecida no Ocidente depois de iniciada a década

de 1960, sem que tenha sido provada a existência de contato de Benveniste com a produção científica do primeiro. Contato esse que teria sido entre uma pesquisa inscrita na dialética marxista e um pensamento resultante do estruturalismo fundador de Saussure e das ideias em circulação na Europa Ocidental do pós-guerra.

Na Europa Ocidental, na época, houve a popularização do estruturalismo na comunidade intelectual e acadêmica sob o impulso que Lévi-Strauss lhe imprimiu e os desdobramentos científico-filosóficos, dentre os quais, a psicanálise, à qual remetem termos e o modo como se tornam operacionais – subjetividade, eu – nos trabalhos acadêmicos benvenistianos.

Das abordagens de Bakhtin e de Benveniste, o que mais interessa ressaltar neste artigo é o fato de que ambos os pesquisadores chamaram a atenção para o fato de que o uso da linguagem verbal apenas admite se reconhecida como prática real ou virtual se incluir o outro, e que esse uso dialógico exige considerar aspectos que vão além da forma, obrigando assim a levar em conta o social e o sujeito:

Na verdade, qualquer que seja a enunciação considerada, (...) é certo que ela, na sua totalidade, é socialmente dirigida. Antes de mais nada, ela é determinada de maneira mais imediata pelos participantes do ato de fala, explícitos ou implícitos, em ligação com uma situação bem precisa; a situação dá forma à enunciação, impondo-lhe esta ressonância em vez daquela, por exemplo, a exigência ou a solicitação (...). A situação e os participantes mais imediatos determinam a forma e o estilo ocasionais da enunciação. Os estratos mais profundos da sua estrutura são determinados pelas pressões sociais mais substanciais e duráveis a que está submetido o locutor (BAKHTIN, op. cit., p. 108).

Nos trabalhos de Bakhtin e Benveniste, a abordagem explicativa da linguagem se desenvolve considerando a relação forma/conteúdo de uma perspectiva processual, sem esquecer os efeitos semânticos que validam tal processo, em que estão envolvidos e são determinantes os participantes diretos – locutor e interlocutor – e indiretos: a sociedade. Ambos os pesquisadores abordaram a linguagem verbal de modo diferente de uma tradição que não envolvia o uso e o caráter processual deste.

Nos Estados Unidos, o que levou à consideração do social na linguagem verbal oral foi também o uso da língua oral centrado em aspectos formais, para rebater uma hipótese

subjacente, defendida e assumida como tese, já na formalização de Saussure: a existência de invariabilidade formal das línguas, devido à idealização presente no conceito de língua como entidade abstrata, e o descarte de atenção à fala como objeto de estudo.

A emergência de novas considerações discursivas

A Escola Francesa de Análise do Discurso

As décadas de 1960 e de 1970 – particularmente na França e, em geral, na Europa comunitária⁶ – foram anos de renovação e expansão de ideias da esquerda política nas comunidades estudantis e professorais universitárias e de assunção de posturas filosóficas e sociológicas⁷ de endosso, questionamentos e análise de uma realidade europeia diferente da pré-guerra, já com mais de quinze anos completados.

Nos estudos da linguagem, uma sequência de acontecimentos propicia uma abordagem diferente da linguagem a partir de pressupostos a que nunca antes se tinha recorrido para organizar uma explicação processual da semantização da linguagem entre locutores.

Trata-se:

1. Da resignificação de conceitos e da introdução de outros, o que fez emergir uma configuração teórica diferente na psicanálise – teoria do inconsciente, identificação, pulsão, dentre outras – que fez com que Lacan fosse reconhecido como criador de uma teoria psicanalítica diferente da freudiana, sem renegar dela, e marcou de modo visível ou implícito a produção teórica de intelectuais que hoje são ícones e precursores do pensamento contemporâneo.

2. Da divulgação da obra de Bakhtin-Voloshinov, na França e de lá no resto do mundo ocidental, o que inevitavelmente possibilitou a comparação entre duas fundamentações teóricas diferentes: o materialismo dialético e o estruturalismo ocidental.

⁶ Na época, estava-se ainda iniciando o Mercado Comum Europeu, integrado pela Alemanha Federal, França, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo.

⁷ Alguns desses intelectuais transformaram-se em referências obrigatória na sua área e também fora dela: Louis Althusser, Roland Barthes, Pierre Bourdieu, Simone de Beauvoir, Michel de Certeau, Gilles Deleuze, Jacques Derrida, Félix Guattari, Jacques Lacan, Michel Pêcheux, Jean Paul Sartre, entre outros.

3. Da ressignificação do conceito de ideologia e dos mecanismos de conservação do poder, a partir de uma postura marxista – os aparelhos ideológicos do Estado.
4. Da vasta obra de Foucault, em que enfoca a linguagem e fornece conceitos operacionais para abordá-la enquanto processo.
5. Da revitalização e releitura da obra de Nietzsche, por intermédio de Foucault.
6. Da era pós-stalinista, iniciada com o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, por meio das denúncias oficiais dos crimes de Stalin no nome do marxismo-leninismo e a consequente frustração de grupos acadêmico-intelectuais e partidos políticos simpatizantes do socialismo marxista no Ocidente.
7. Na França, as ideias marxistas não eram alvo de rejeição no meio acadêmico-intelectual e os partidos socialista e comunista tinham números significativos de votantes por causa do seu papel na resistência ao nazismo.

Sob o efeito dos aspectos acima, o filósofo Michel Pêcheux e vários colegas e colaboradores no Centro Nacional da Investigação Científica (CNRS, sigla em francês) e de profissão – Dominique Maingueneau, Paul Henry, Françoise Gadet, entre outros – produzem pesquisas por meio das quais vão configurando um dispositivo teórico para o modo próprio de abordar a linguagem, em que a história, a ideologia, a subjetividade e os recortes do social se tornam operacionais para explicar o processo de produção de sentidos na linguagem verbal.

Assim, o discurso é uma materialização da ideologia. Foucault definiu o discurso de uma maneira muito ampla, o que levou Pêcheux (1997) a redefini-lo de modo mais pontual:

Os termos interdiscurso, intradiscurso, efeito de pré-construído e discurso-transverso --introduzidos ao longo deste trabalho e que justamente caracterizam, segundo o que pensamos, a forma da discursividade— não correspondem, portanto, a fenômenos linguísticos: representam, em relação à base linguística, a existência determinante de todo o complexo das formações ideológicas, submetido, em condições sempre específicas, à lei “geral” de desigualdade que afeta essas formações (enquanto ideologias práticas e ideologias teóricas, e através de suas características ao mesmo tempo “regionais” e de classe) no processo de reprodução/transformação das relações de produção existentes” (PÊCHEUX, 1997, p. 259).

A concepção materialista da história, a ressignificação do conceito de ideologia e a teoria do inconsciente fundamentam a concepção de linguagem com que a Análise do

Discurso (AD) opera: a linguagem resulta da prática social e, em relação contraditória dialética, a constitui e a transforma. A linguagem apenas se justifica na produção de sentidos, enquanto efeitos, porque ela se concretiza por meio do sujeito. Assim, a ambiguidade constitutiva da linguagem, já que não há correspondência termo a termo entre a linguagem e o mundo, só torna possível que lhe seja atribuída carga semântica válida para os interlocutores nas condições de produção (contextualização mediata e imediata) em que acontece o seu uso, que é o discurso.

A AD se constitui e cria um corpo conceitual estável e diferenciado do referencial teórico interdisciplinar da sua gestação porque cria seu próprio objeto de estudo. Isso justifica a postura que desautoriza que lhe seja atribuído caráter interdisciplinar e sim de disciplina de entremeio⁸, já que “uma disciplina de entremeio é uma disciplina não positiva, ou seja, ela não acumula conhecimentos meramente, pois discute seus pressupostos continuamente” (ORLANDI, 1996, p. 23).

A Análise do Discurso Crítica

A Análise do Discurso Crítica (ADC) concentra a sua proposta de trabalho com a linguagem na relação língua/sociedade (1990)⁹, que analisa o uso contextualizado da linguagem e seus efeitos sociais, os quais fundamentam ou subvertem as relações de dominação. Fairclough (1989) explica a opção epistêmica do novo sistema de ideias, sustentando que “a língua conecta com o social, sendo o domínio primário da ideologia e sendo tanto o interesse principal como o lugar em que têm lugar as lutas de poder” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 15).

⁸ No parecer do autor deste trabalho, o discutível deve ser o conceito de entremeio, já que a base do distanciamento que a pesquisadora estabelece encontra-se no valor semântico e no funcionamento do interdisciplinar, que envolve um processo de integração das disciplinas a que se recorre com tal coerência operativa, que se torna difícil sua recuperação sem contaminação do modo como estava sendo operacionalizado no contexto interdisciplinar. Isto diferencia o interdisciplinar do eclético.

⁹ Toma-se este ano como marco de início da ADC porque foi o do lançamento da primeira publicação periódica com essa filiação: *Discourse and Society*, dirigida por Teun Van Dijk, mas em 1989 são publicadas três obras icônicas e inaugurais do novo modo de abordar a linguagem em uso e a vida social no sentido de impactos mútuos e transformações. Trata-se de “Language and power”, “Language, power and ideology” e “Prejudice in discourse”, respectivamente de Norman Fairclough, Ruth Wodak e Teun Van Dijk.

Concebida a partir do pressuposto da necessidade de propiciar a mudança social, sustenta a sua postura por meio da desnaturalização dos mecanismos de imposição e preservação do poder e do *status quo* na vida social, mostrando o funcionamento de tais mecanismos. A ADC se concebe como transdisciplinar, já que integra a Linguística Sistêmica Funcional (HALLIDAY, 1991) e a Ciência Social Crítica num arcabouço teórico-filosófico que tem por eixo definatório a ideologia à qual Fairclough (2001) se refere como segue:

Entendo que a ideologia são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117).

A concepção de discurso com que a ADC trabalha baseia-se na definição de Foucault (1996). Embora esse autor tenha operado com um conceito de discurso que abarcava o de ideologia, a ADC o ressignifica. Fairclough (op. cit.) explicita o conceito dentro da ADC:

Ao usar o termo “discurso”, proponho considerar o uso da linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou como reflexo de variáveis situacionais. Isso tem várias implicações. Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. Trata-se de uma visão do uso de linguagem que se tornou familiar [...]. Segundo, implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social; a última é tanto uma condição como um efeito da primeira (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

Entre as fontes autorais que nutrem o arcabouço da ADC se encontram Karl Marx, Frederich Engels, Antônio Gramsci, Louis Althusser, Júlia Kristeva, Michael Holliday, Roy Bhaskar, David Harvey, Lilie Chouliaraki, John Brookshire Thompson, Teun Van Dijk, Robert Hodge, Gunther Kress, Ruth Wodak e Roger Fowler.

A Escola de Altos Estudos em Teoria do Discurso

A Escola de Altos Estudos em Teoria do Discurso é mais conhecida como a Escola de Essex de Análise do Discurso (EEAD). Seus criadores, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe,

construíram a base teórica da sua problematização do social num momento histórico em que as relações sociais e práticas, bem como as explicações acerca delas, confluíam com maior nitidez para questionamentos e explicações do mundo por meio de estratégias conceituais originais. Diferentemente das prevalentes na história das ideias e da sua circulação no mundo ocidental, das totalidades passou-se à fragmentação; das verdades, às contingências; do produto, ao processo.

Assim, mesmo que provinda da perspectiva materialista histórica, a EEAD ressignifica alguns dos pressupostos do marxismo (p.e. hegemonia, ideologia), descarta outros (papel do proletariado, a economia como determinante última da sociedade) e cria muitos que o distinguem ou aproximam da matriz teórica originária e também da pós-modernidade (discurso, totalidade estruturada, contingência, equivalência, articulação, entre outros).

Dos conceitos referidos acima, o de discurso ganha relevância, não apenas em função da especificidade dessa teoria, mas também no foco deste artigo. Mouffe (2007) descreve abaixo a concepção de discurso da nova teoria:

[...] toda configuração social é uma configuração significativa. O objeto é uma bola de futebol apenas na medida em que ele estabelece um sistema de relações com outros objetos. Estas relações não são dadas pela simples referência material dos objetos, mas, pelo contrario, são socialmente construídas. Esta totalidade, que inclui o linguístico e o extra- linguístico dentro de si, é o que chamamos de discurso. [...] como discurso não entendemos uma combinação de fala e escritura, mas, pelo contrario, a fala e a escrita são apenas componentes internos das totalidades discursivas. [...] o discurso é que constitui a posição do sujeito como agente social, e não, contrariamente, o agente social é a origem do discurso (MOUFFE, 2007, 176-177 - Trad. nossa).

A concepção de práticas discursivas que Laclau e Mouffe (1987) sustentam contribui para esclarecer o que entendem por discurso. Explicam mais adiante:

A nossa análise descarta a distinção entre práticas discursivas e não discursivas e afirma: a) que todo objeto se constitui como objeto do discurso, na medida em que nenhum objeto ocorre à margem de uma superfície discursiva para sua emergência; b) que toda distinção entre os que normalmente se denominam aspectos linguísticos e práticos (de ação) de uma prática social, ora é uma distinção incorreta, ora deve acontecer com diferenciações internas na produção social de sentido, que se estrutura sob a

forma de totalidade discursiva. Foucault, por exemplo, que fez uma distinção –incorreta, no nosso entendimento— entre práticas discursivas e não discursivas, quando tenta determinar a totalidade relacional que funda a regularidade das dispersões de uma formação discursiva, pode fazê-lo apenas em termos de uma prática discursiva (LACLAU; MOUFFE, 1987, p.179-180 - Trad. nossa).

A maior relevância da Teoria Discursiva de Laclau e Mouffe (op. cit.), porque se distingue das anteriores, consiste no fato de que se propõe a explicar o social (o político) a partir de uma concepção de linguagem que, ao mesmo tempo em que está embasada pelo materialismo histórico e as ressignificações pragmático-discursivas da pós-modernidade, empreende um trabalho de questionamento desses pressupostos fundadores de seu arcabouço e decanta-os de incoerências que lhe são atribuídas para melhor adequá-los à atual reconfiguração epistemológica e social imperante no mundo.

Trata-se de uma teoria construída a partir de explicações sobre o funcionamento da linguagem, em função de imprimir força teórica e eficácia prática aos movimentos sociais, munindo-os de um referencial explicativo politicamente vocacionado para a ação.

Assim, a EEAD, como as anteriores análises do discurso, visa ao acesso ao político por meio de uma teoria da linguagem em funcionamento, com o propósito de alicerçar a ação política estabilizadora, adequadora ou transformadora.

Os estudos culturais

As teorias discursivas que emergiram na Europa, a partir da segunda metade do século XX, apresentam três aspectos constitutivos que as identificam como sendo efeitos do modo como a linguagem veio se impondo enquanto referência indispensável e de maior acuidade para explicar com pretensões universalistas um recorte do mundo a partir da prática social e seus desdobramentos. Isto, nas condições concretas da Europa e produzindo mediante um raciocínio remissivo à história e à produção de bens materiais e não materiais. Esses três aspectos podem ser elencados como segue:

1. Fundamentam-se no materialismo histórico. Este assume o funcionamento do social como constante devir justificado por todos os fatores que, ao longo do tempo,

constituem principalmente as condições materiais de existência que o ser humano se esforça em conservar ou transformar, sendo tal dinâmica que constitui a história.

2. Apresentam-se como alternativa a uma ortodoxia filosófica que, na prática do poder, evidenciava paradoxos¹⁰ os quais desgastavam o seu prestígio numa parcela significativa da comunidade intelectual ocidental que, contudo, mantinha-se obstinada em não manifestar um distanciamento radical do marxismo, dado que lhe atribuíam o bônus do perfectível, sob pena de ter que abrir mão dos próprios ideais políticos que a essa parcela imprimiram fundamentação identitária na comunidade aqui referida.

3. Buscam o acesso ao social pela via da linguagem verbal, enquanto materialidade significante, tendo em vista ser nessa materialidade que se concentra a densidade semântica que produz a interação e conduz ao político.

A emergência dos Estudos Culturais (EC) acontece na segunda metade da década de 50 do século passado na Inglaterra e resulta da materialização teórico-acadêmica da reação de alguns intelectuais de esquerda diante do impacto social da franca aceleração do desenvolvimento capitalista na Grã Bretanha, que envolvia aspectos transformadores de comportamentos, laços de classe, aceleração do consumo nos centros urbanos¹¹ e levava a questionamentos ao marxismo da parte de um grupo de historiadores e economistas membros do Partido Comunista Britânico, em consequência de terem assumido uma postura crítica em face da mimetização estalinista daquele partido e também a fazer resistência ao estruturalismo marxista de Althusser.

Assim, as críticas – válidas ainda hoje – dirigiam-se à reificação da economia para explicar “em última instância” o funcionamento da sociedade nos níveis macro e micro, a concepção de classe social¹² como artifício teórico que neutraliza a eventual atribuição de

¹⁰ Trata-se do estalinismo como modo de exercer o poder de modo autoritário, o comportamento imperial da antiga União Soviética nos países sob a sua influência na Europa Oriental e das sangrentas intervenções militares na Hungria (1956) e na antiga Tchecoslováquia (1968). Isto, além da forma como partidos comunistas europeus mimetizavam a postura repressiva do estalinismo, afetando sua própria militância. O partido comunista britânico, na década de 50 do século passado, é exemplo acabado dessa postura.

¹¹ A *The uses of literacy* (HOGGART, 1957.), *Culture and Society* (WILLIAMS, 1958), *The long revolution* (WILLIAMS, 1961) e *The making of the english working class* (THOMPSON, 1963) É atribuído caráter de textos fundadores (COSTA, SILVEIRA & SOMMER, 2003) do que viria a ser uma nova área do conhecimento

¹² Thompson (1987, I, p.9) manifesta que “Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto da matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico”.

relevância ao papel protagônico do indivíduo no social, a figura de internacionalismo proletário como ardil para a violação de soberanias e, finalmente, a conservação de enfoques excludentes, por elitistas, na concepção de cultura. Defendia-se, por isso, a possibilidade e necessidade de abordar – com o menor atravessamento economicista, tradicional dessa filosofia – o social, o cultural e o político, o que significava uma revisão do conceito de ideologia com que operava.

Edward Palmer Thompson, Richard Hoggart, Raymond Williams, Eric Hobsbawm, Christopher Hill e Maurice Dobb figuram entre os nomes mais relevantes daquela dissidência – da qual posteriormente participaria Stuart Hall – que levou alguns a renunciarem à sua filiação partidária e a fazerem parte do núcleo de origem do que depois foi conhecido como a Nova Esquerda Inglesa¹³, um ambiente questionador de princípios da teoria marxista que o próprio exercício do poder na Europa Oriental tinha desgastado e de conceitos naturalizados no Ocidente, atinentes ao social, a exemplo da cultura e da aglutinação massificadora na abordagem da sociedade em prol da aceleração do consumo.

Aspectos referidos mais acima e os seus correlatos nas controvérsias teóricas e acadêmicas propiciaram a criação, em 1960, da *New Left Review*. Tal publicação se desempenhou como centro de convergência de ideias questionadoras que circulavam na Grã Bretanha a partir de três publicações – a *New Reasoner*, a *Universities* e a *Left Review* – cujos escritores faziam parte dos pesquisadores do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos da Universidade de Birmingham, na sua criação em 1964.

A revista da Nova Esquerda Inglesa e o Centro de Estudos Culturais Contemporâneos foram arena de luta de várias correntes de pensamento: a empatia com a filosofia marxista sem inscrição explícita nela – Hoggart –; essa mesma explicação do mundo abordada com reticências e posturas resignificadoras ancoradas em Gramsci e Thompson – a produção althusseriana em busca de uma teoria geral da ideologia que declarava ausente na epistemologia marxista – e o Hall dos anos setenta.

¹³ Deve-se isto a que a *New Left Review* foi tomada como referência aglutinadora de uma postura diferenciada de esquerda.

Com a expansão mundial da disciplina EC na pós-modernidade, acontece a sua assunção acadêmica na América do Norte, sob cuja influência criaram uma linha de análise diferente das que se digladiavam na Inglaterra. Castro-Gómez (2000), explica:

Porém, com a popularização dos estudos culturais nos Estados Unidos durante a década de oitenta, podemos falar do fim da “idade heróica” e o começo de uma terceira etapa, mais “light” e celebratória, marcada por seu crescente distanciamento da teoria crítica marxista. Eu ousaria dizer que a grande aceitação curricular dos estudos culturais em universidades norte-americanas de elite, assim como o seu correspondente sucesso editorial, ocorrem paralelamente a este processo de “limpeza” de seus elementos marxistas. Esta terceira etapa (pós-althusseriana) está marcada pela influência que filósofos como Baudrillard, Lyotard e Derrida começam a ter e, muito à revelia desses autores, por um inusitado retorno do humanismo metodológico (CASTRO-GÓMEZ, 2000, p. 740 - Trad. nossa).

Com isso, dá-se nos EC uma heterogeneização que abarca posturas isentas de engajamento social vocacionado para a ação, como comenta Castro-Gómez acima, e tendências que representam uma continuidade com as origens em Birmingham, que não abrem mão de vez de ferramentas marxistas nas abordagens do cultural, porque atualizam modos de problematizar práticas e referências, decantam o que qualificam como verdades absolutas em franca obsolescência que, por isso, não são validáveis pelo modo complexo de acontecerem e se processarem as práticas e os contextos contemporâneos, assim como também consideram como metanarrativas e determinismos conceitos do arcabouço marxista que eram operacionais no século retrasado até as últimas décadas do século passado, quando a dinâmica do capitalismo não tinha sido afetada pela aceleração de que a humanidade tem sido testemunha.

Sem as explicitações históricas sobre os EC, uma tentativa de definição dessa nova área do conhecimento teria como efeito que ficasse ressaltada a escassez de referências para esse propósito. Nesta etapa do trabalho, por isso, parece justificar-se apresentar uma tentativa de definição.

Considerações finais

A concentração das atenções a dois aspectos de modo diferente da tradição tem mostrado desdobramentos imprevisíveis desde o surgimento da linguística como ciência moderna e o seu devir nos últimos dois séculos. Do raciocínio filosófico atento à linguagem à ação política que convoca para a reversão, a estabilização ou a mudança, criou-se o espaço para a emergência do sujeito, do social e do identitário, à medida que uma concepção de linguagem tem-se visto favorecida por sua compatibilidade com esses desdobramentos.

A concepção social da linguagem ou, em outras palavras, a assunção da linguagem na sua materialização da reciprocidade dialética de causa e efeito do social, não autoriza explicá-la a não ser enquanto discurso. Isso envolve o protagonismo das práticas sociais e dos sujeitos nela envolvidos, assim como o que imprime validade pragmática: o significar.

A atribuição de sentidos remete ao social, envolve a subjetividade, o constante deslocamento constitutivo da identidade e a contextualização que propicia todos os aspectos anteriores por meio de referências conceituais e nocionais avaliativas que se concretizam no comportamento.

O comportamento, como operacionalizado neste trabalho e a partir dos pressupostos nele explicitados, assume-se como postura atuante (que também envolve a aparente passividade, porquanto é uma reação) sob a influência das referências históricas – a ideologia/cultura que dá sentido às ações e representa a prolongação no tempo de valores, conceitos, as próprias referências e comportamentos, das referências imediatas – que envolvem o contingencial e as conseqüentes atualizações/ressignificações das atitudes a assumir. Tudo o que é anterior se processa e resulta em discurso, em linguagem em movimento, sempre em relação situacional sócio-histórica.

O que aqui apresentamos como considerações finais foi o que orientou a estratégia argumentativa deste artigo: ir às raízes da discursividade na modernidade, para justificar como na pós-modernidade pode-se sustentar a existência de uma matriz discursiva embasada numa concepção materialista da linguagem, a partir do conceito de prática social e influenciada de modo determinante pelos pressupostos pragmáticos que permeiam as Ciências Humanas e Sociais nesse momento histórico de transição.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BENVENISTE, Emile. *Problemas de Linguística General II*. Trad. Juan Almela. 15ª edición. Méjico DF: Siglo XXI Editores, 1999.
- _____. O aparelho formal da enunciação. In: *Problemas de Linguística General II*. São Paulo: Pontes, p. 81-90, 1989.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Althusser, los estudios culturales y el concepto de ideología. In: *Revista Iberoamericana*, vol. LXVI, n. 193, Universidade de Pittsburg, out./dez., p. 737-751, 2000.
- COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel; SOMMER, Luis Henrique. Estudos culturais, educação e pedagogia. In: *Revista Brasileira de Educação*, n. 23. Campinas: Mai/jun/jul/ago., p. 36-61, 2003, Número Especial.
- DERRIDA, J. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- DUCROT, O. *Polifonía y argumentación*. Cali: Universidad del Valle, 1988.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Language and power*. New York: Longman, 1998.
- _____. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- FARACO, Carlos Alberto. *A relevância social de linguística: linguagem, teoria e ensino*. São Paulo: Parábola editoria; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.
- FLORES, Sergio Pedroso. Literatura e ensino de línguas. In: *Linguagem & Ensino*. Pelotas/RS: EDUCAT, v. 8, n. 2, jul./dez., p. 221-247, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso* (1970). Loyola, São Paulo: 1996.
- FREGE, G. “Sobre sentido e a referência” In: *Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Cultrix/USP, p. 129-158, 1978.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, RJ: Edições Guanabara Koogan, 1989.
- GHIRALDELLI Júnior P. *Virada linguística – um verbete*. Disponível em <http://ghiraldelli.wordpress.com/2007/11/05/virada-linguistica-um-verbete/>. Acesso em: 15/08/2013. 15:30:00.

HALLIDAY, Michael Alexandre Kirkwood. Context of situation. In: Michael Alexandre Kirkwood Halliday & Ruqaiya Hassan. *Language, context and text: aspects of languages in a social-semiotic perspective*. London: Oxford University Press, 1991.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico e Nacional*, Rio de Janeiro, IPHAN, p.78-75, 1996.

HOGGART, Richard. *As utilizações da cultura: aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos*. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Trad. Manuela Pinto dos Santos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

LACLAU, Ernesto; Mouffe, CHANTAL. *Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. Madrid: Siglo XXI, 1987.

MARX, Karl. *Teses sobre Feuerbach*. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm> . Acesso em: 15/07/2013 12:05:00.

MORIN, E. *Los siete saberes necesarios para la educación del futuro*. Trad. Mercedes Vallejo Gómez. Paris: UNESCO, 1999.

MOUFFE, Chantal. *Posmarxismo sin pedido de disculpas*. 2007. Disponível em: <http://textosdelinguistica.blogspot.com.br/2007/10/postmarxismo-sin-pedido-de-disculpas.html> . Acesso em 24/09/2013. 21:00:00.

NASCIMENTO, Edna Maria Magalhães do. *Pragmatismo: uma filosofia da ação*. Disponível em: http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.20/GT_20_01_2010.pdf . Acesso em: 19 set.2013.

NIETZSCHE, Friederich Wilhelm. *Genealogia da Moral*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ORLANDI, E. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

PÊCHEUX, Michel, FUCH, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: Gadet, Françoise; Hak, Tony (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2ª. ed. Campinas: Editora da Unicamp, p. 163-252, 1997.

PIERCE, Sanders, Charles. *Escritos Coligidos*. Trad. Armando Nora D'Oliveira e Sérgio Pomeranglum. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultura, 1983.

RORTY, Richard. *Wittgenstein, Heidegger, and the Reification of Language: essays on Heidegger and Others*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

RUSSELL, Bertrand. *The principles of Mathematics*. London: Routledge, 1992.

SAID, Edward Wadi. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

THOMPSON, Edward Palmer. *The Making of the English Working Class*. Toronto: Penguin Books, 1991.

WILLIAMS, Raymond. *Culture and society 1780-1950*. Harmondsworth: Peguin, 1958.

_____. *The long revolution*. New York: Columbia University, 1961.

WITTGENSTEIN, LUDWIG. *Investigações filosóficas*. Trad. José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Nova Cultural, 1996.

_____. *Tractatus logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 2001.

Texto enviado em Outubro de 2013.

Texto aprovado em Novembro de 2013.